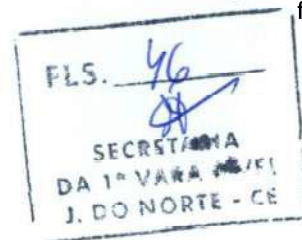




ESTADO DO CEARÁ
PODER JUDICIÁRIO
COMARCA DE JUAZEIRO DO NORTE
DIVISAO DE PROTOCOLO DA COMARCA DE JUAZEIRO DO NORTE

Data - Hora
25/7/2016 -
16:52

Termo de Distribuição



Dados Gerais do Processo	
Protocolo Único	60836-90.2016.8.06.0112 / 0
Autuação	Não possui autuação
Tipo de Ação	PROCEDIMENTO SUMÁRIO
Assunto(s)	SEGURO
Nr.Apensos	0
Nr.Volumes	1
Documento de Origem	PETIÇÃO INICIAL
Documento Atual	PETIÇÃO INICIAL
Fase Atual	DISTRIBUIÇÃO POR SORTEIO
Data da Fase	25/07/2016
Foi feita DISTRIBUIÇÃO POR SORTEIO do presente processo, motivo EQUIDADE, em 25/07/2016 16:53, para o(a) Relator(a): Exmo. (a) Sr.(a) JOSE ACELINO JACOME CARVALHO - 1ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE JUAZEIRO DO NORTE	

Partes	
Nome	
Requerente : HIAGO DE SOUSA LIMA	
Rep. Jurídico : 20787 - CE THOMAZ ANTONIO NOGUEIRA BARBOSA	
Requerido : SEGURADORA LIDER DOS CONCORCIOS DO SEGURO DPVAT	

JUAZEIRO DO NORTE (COMARCA DE JUAZEIRO DO NORTE), 25 de Julho de 2016

Responsável



**ESTADO DO CEARÁ
PODER JUDICIÁRIO
COMARCA DE JUAZEIRO DO NORTE
1ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE JUAZEIRO DO NORTE**

Data - Hora
26/7/2016 -
13:24

Termo de Registro e Autuação



Não possui autuação

Nesta data, após recebidos, estes autos foram registrados e autuados por processamento eletrônico, na forma do demonstrativo abaixo discriminado.

Dados Gerais do Processo	
Protocolo Único	60836-90.2016.8.06.0112 / 0 PROCEDIMENTO SUMÁRIO
Nr.Volumes	1
Natureza	CÍVEL
Just.Gratuita	NÃO
Segredo de Justiça	NÃO
Apresentação/Preparo	Conta
Competência	VARAS CÍVEIS - JUÍZO SINGULAR

Partes
Nome
Requerente : HIAGO DE SOUSA LIMA Rep. Jurídico : 20787 - CE THOMAZ ANTONIO NOGUEIRA BARBOSA Requerido : SEGURADORA LIDER DOS CONCORCIOS DO SEGURO DPVAT

JUAZEIRO DO NORTE (COMARCA DE JUAZEIRO DO NORTE), 26 de Julho de 2016

Responsável



ESTADO DO CEARÁ
PODER JUDICIÁRIO
FÓRUM DES. JUVÊNCIO SANTANA
COMARCA DE JUAZEIRO DO NORTE
1ª VARA CÍVEL

Rua Maria Marcionília Pessoa Silva, 800, Jardim Gonzaga – Fone: 3102-3976 – CEP: 63046-551

FLS. 48
SECRETARIA
DA 1ª VARA CÍVEL
J. DO NORTE - CE

CERTIDÃO

CERTIFICO, para os devidos fins de direito, que o presente feito registrado, eletronicamente, no Sistema de Processamento – SPROC.

CERTIFICO, outrossim, que registrei e autuei o referido feito
Livro de Tombo Cível nº 4, às fls. 49, sob o nº 458136.
O referido é verdade. Dou fé.
Juazeiro do Norte-CE, 26 de julho de 2018

p/ Diretor de Secretaria da 1ª Vara Cível.

CONCLUSÃO

Ao(s) 26 de julho de 2018, faço estes autos conclusos ao
Exmo. Sr. Dr. Juiz de Direito da 1ª Vara Cível desta Comarca:

p/ Diretor de Secretaria da 1ª Vara Cível.



ESTADO DO CEARÁ
PODER JUDICIÁRIO
1ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE JUAZEIRO DO NORTE

Processo nº: 60.836-90.0112 .8.06.0112

DESPACHO

Vistos etc;

1. Defiro o benefício da justiça gratuita, nos termos do art. 98 do NCPC.
2. Atento ao disposto no art. 99, § 2º do CPC **determino a intimação do(s) autor(es)**, por meio de seu advogado (DJE), para que, no prazo de 15 (quinze) dias, comprove do preenchimento dos pressupostos para concessão da benesse.
3. Intime-se a parte autora, na pessoa de seu advogado, para realizar o pagamento das custas e despesas de ingresso em 15 (quinze) dias, sob pena de cancelamento da distribuição (art. 290 do CPC).
4. Atento ao disposto nos arts. 319 e 320 do CPC e, cumprindo o determinado no art. 321 do CPC, entendo que se faz necessária a emenda da inicial com juntada dos documentos, outorgando prazo de 15 (quinze) dias, para que o autor atenda ao disposto a seguir:
 - a) informar profissão da parte autora;
 - b) informar endereço eletrônico da parte autora;
 - c) informar CPF da parte autora;
 - d) acostar comprovante de endereço atualizado em nome da parte autora, com data de emissão de, no máximo, dois meses da presente data, e caso não esteja o comprovante em nome da parte autora, esclarecimento da relação entre a parte autora e o(a) titular da conta apresentada;
 - e) em atenção à Súmula nº 474 do STJ ("A indenização do seguro DPVAT, no caso de invalidez parcial do beneficiário, será paga de forma proporcional ao grau da invalidez"), esclarecer o grau de invalidez e o valor da indenização que entende devido, visto que o pedido deve ser certo e determinado, na forma dos arts. 322 e 324 do CPC, sob pena de improcedência liminar do pedido, na forma do art. 332, I do CPC;
 - f) acostar laudo médico atestando o grau de invalidez alegado pela parte autora e que comprove a permanência da sequela, informando qual a categoria da lesão e o percentual da perda relativa ao dano corporal que entende ser correto, com base nos parâmetros da tabela da SUSEP, bem como indicando o valor indenizatório devido, visto que o pedido deve ser certo e determinado, na forma dos arts. 322 e 324 do CPC, sob pena de improcedência liminar do pedido, com esteio no art. 332, I do CPC e a Súmula nº 474 do Superior Tribunal de Justiça;
 - g) juntar aos autos tabela securitária da SUSEP e laudo médico atualizado e comprove a permanência da sequela, esclarecendo, com precisão, em qual hipótese se encaixa a debilidade permanente alegada, dentre as que autorizam o pagamento da indenização no valor máximo, sob pena de indeferimento do pedido, com esteio no art. 332, I do CPC e a Súmula nº 474 do Superior Tribunal de Justiça;

- h) corrija o valor da causa, indicando o valor da indenização que entende devido (art. 292, V do CPC);
- i) acoste aos autos comprovante do valor pago na fase administrativa pela Seguradora Líder a título de indenização;
- j) _____
- _____
- _____
- _____
- _____
- _____

5. _____

Cumpra(m)-se o(s) item(ns): 2, 4A, D e G.

Exp. nec.

Juazeiro do Norte-CE, 02/03/2017.

RENATO BELO VIANNA VELLOSO
JUIZ DE DIREITO

CERTIDÃO

Certifico que intimei o advogado
pelo D.E., Exp. 40117

20.03.17

DIRETORIA DE LEGISLAÇÃO

JUNTADA

Aos 02 de 03 de 20 17, junto a estes autos:

- () Carta Procatória.
- () _____ Correspondência devolvida.
- () Mandado de _____.
- () _____ (A.R) Aviso(s) de Recebimento(s).
- () _____ Ofício(s).
- () Petição digitada em _____ folhas.
- () Procuração e/ou Substabelecimento.
- () _____ documentos.

(X) DJE

Que segue(m) adiante os fls. 50.

Servidor(a) da 1ª Vara Cível



permanentemente alegada, dentre as quais autorizam o pagamento do valor máximo, sob pena de indeferimento de improcedência liminar do pedido, com esteio no art. 332, I de CPC e a Súmula nº 474 do STJ."- INT. DR(S). JOICE CRISTINA DE MELLO FIORELLI

14) 60834-23.2016.8.06.0112/0 - PROCEDIMENTO SUMÁRIO REQUERENTE.: FRANCISCO VITORINO DA COSTA. "Intimado o autor, em observância ao art. 99, § 2º do CPC, no prazo de 15 (quinze) dias, comprove o preenchimento dos pressupostos para usufruir do benefício da justiça gratuita, sob pena de indeferimento. Proceda-se a emenda da inicial informando a profissão da parte autora; comprovante de endereço atualizado em nome do autor, com emissão neste ou no mês anterior, e caso não esteja o comprovante em nome do autor, esclarecimento da relação entre o autor e o(a) titular da conta apresentada. Juntar tabela securitária da SUSEP e laudo médico atualizado que comprove a permanência da sequela, esclarecendo, com precisão, em qual hipótese se encaixa a debilidade permanentemente alegada, dentre as quais autorizam o pagamento do valor máximo, sob pena de indeferimento de improcedência liminar do pedido, com esteio no art. 332, I de CPC e a Súmula nº 474 do STJ."- INT. DR(S). THOMAZ ANTONIO NOGUEIRA BARBOSA

15) 60836-90.2016.8.06.0112/0 - PROCEDIMENTO SUMÁRIO REQUERENTE.: HIAGO DE SOUSA LIMA. "Intimado o autor, em observância ao art. 99, § 2º do CPC, no prazo de 15 (quinze) dias, comprove o preenchimento dos pressupostos para usufruir do benefício da justiça gratuita, sob pena de indeferimento. Proceda-se a emenda da inicial informando a profissão da parte autora; comprovante de endereço atualizado em nome do autor, com emissão neste ou no mês anterior, e caso não esteja o comprovante em nome do autor, esclarecimento da relação entre o autor e o(a) titular da conta apresentada. Juntar tabela securitária da SUSEP e laudo médico atualizado que comprove a permanência da sequela, esclarecendo, com precisão, em qual hipótese se encaixa a debilidade permanentemente alegada, dentre as quais autorizam o pagamento do valor máximo, sob pena de indeferimento de improcedência liminar do pedido, com esteio no art. 332, I de CPC e a Súmula nº 474 do STJ."- INT. DR(S). THOMAZ ANTONIO NOGUEIRA BARBOSA

16) 60844-67.2016.8.06.0112/0 - PROCEDIMENTO SUMÁRIO REQUERENTE.: CICERO ALEX DE SOUZA DIAS. "Intimado o autor, em observância ao art. 99, § 2º do CPC, no prazo de 15 (quinze) dias, comprove o preenchimento dos pressupostos para usufruir do benefício da justiça gratuita, sob pena de indeferimento. Proceda-se a emenda da inicial informando a profissão da parte autora; comprovante de endereço atualizado em nome do autor, com emissão neste ou no mês anterior, e caso não esteja o comprovante em nome do autor, esclarecimento da relação entre o autor e o(a) titular da conta apresentada. Juntar tabela securitária da SUSEP e laudo médico atualizado que comprove a permanência da sequela, esclarecendo, com precisão, em qual hipótese se encaixa a debilidade permanentemente alegada, dentre as quais autorizam o pagamento do valor máximo, sob pena de indeferimento de improcedência liminar do pedido, com esteio no art. 332, I de CPC e a Súmula nº 474 do STJ."- INT. DR(S). THOMAZ ANTONIO NOGUEIRA BARBOSA

17) 60850-74.2016.8.06.0112/0 - PROCEDIMENTO SUMÁRIO REQUERENTE.: ALUISIO DOS SANTOS SARAIVA. "Intimado o autor, em observância ao art. 99, § 2º do CPC, no prazo de 15 (quinze) dias, comprove o preenchimento dos pressupostos para usufruir do benefício da justiça gratuita, sob pena de indeferimento. Proceda-se a emenda da inicial informando a profissão da parte autora; comprovante de endereço atualizado em nome do autor, com emissão neste ou no mês anterior, e caso não esteja o comprovante em nome do autor, esclarecimento da relação entre o autor e o(a) titular da conta apresentada. Juntar tabela securitária da SUSEP e laudo médico atualizado que comprove a permanência da sequela, esclarecendo, com precisão, em qual hipótese se encaixa a debilidade permanentemente alegada, dentre as quais autorizam o pagamento do valor máximo, sob pena de indeferimento de improcedência liminar do pedido, com esteio no art. 332, I de CPC e a Súmula nº 474 do STJ."- INT. DR(S). THOMAZ ANTONIO NOGUEIRA BARBOSA

18) 60852-44.2016.8.06.0112/0 - PROCEDIMENTO SUMÁRIO REQUERENTE.: JOSE ARISTEU TORRES JUNIOR. "Intimado o autor, em observância ao art. 99, § 2º do CPC, no prazo de 15 (quinze) dias, comprove o preenchimento dos pressupostos para usufruir do benefício da justiça gratuita, sob pena de indeferimento. Proceda-se a emenda da inicial informando a profissão da parte autora; comprovante de endereço atualizado em nome do autor, com emissão neste ou no mês anterior, e caso não esteja o comprovante em nome do autor, esclarecimento da relação entre o autor e o(a) titular da conta apresentada. Juntar tabela securitária da SUSEP e laudo médico atualizado que comprove a permanência da sequela, esclarecendo, com precisão, em qual hipótese se encaixa a debilidade permanentemente alegada, dentre as quais autorizam o pagamento do valor máximo, sob pena de indeferimento de improcedência liminar do pedido, com esteio no art. 332, I de CPC e a Súmula nº 474 do STJ."- INT. DR(S). THOMAZ ANTONIO NOGUEIRA BARBOSA

19) 60853-29.2016.8.06.0112/0 - PROCEDIMENTO SUMÁRIO REQUERENTE.: SILVANO DA SILVA SANTOS. "Intimado o autor, em observância ao art. 99, § 2º do CPC, no prazo de 15 (quinze) dias, comprove o preenchimento dos pressupostos para usufruir do benefício da justiça gratuita, sob pena de indeferimento. Proceda-se a emenda da inicial informando a profissão da parte autora; comprovante de endereço atualizado em nome do autor, com emissão neste ou no mês anterior, e caso não esteja o comprovante em nome do autor, esclarecimento da relação entre o autor e o(a) titular da conta apresentada. Juntar tabela securitária da SUSEP e laudo médico atualizado que comprove a permanência da sequela, esclarecendo, com precisão, em qual hipótese se encaixa a debilidade permanentemente alegada, dentre as quais autorizam o pagamento do valor máximo, sob pena de indeferimento de improcedência liminar do pedido, com esteio no art. 332, I de CPC e a Súmula nº 474 do STJ."- INT. DR(S). ANTONIO ALLAN LEITE SARAIVA, THOMAZ ANTONIO NOGUEIRA BARBOSA

20) 61543-58.2016.8.06.0112/0 - PROCEDIMENTO SUMÁRIO REQUERENTE.: RAIMUNDA NONATA BATISTA FIGUEIREDO ALMEIDA. "Intimado o autor, em observância ao art. 99, § 2º do CPC, no prazo de 15 (quinze) dias, comprove o preenchimento dos pressupostos para usufruir do benefício da justiça gratuita, sob pena de indeferimento. Proceda-se a emenda da inicial informando a profissão da parte autora; comprovante de endereço atualizado em nome do autor, com emissão neste ou no mês anterior, e caso não esteja o comprovante em nome do autor, esclarecimento da



**ESTADO DO CEARÁ
PODER JUDICIÁRIO
COMARCA DE JUAZEIRO DO NORTE
1ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE JUAZEIRO DO NORTE**



Relatório de Carga do Processo

Data - Hora
21/3/2017 - 9:41

Processo: 60836-90.2016.8.06.0112/0

Ação : PROCEDIMENTO SUMÁRIO

Partes
Nome
Requerente : HIAGO DE SOUSA LIMA Rep. Jurídico : 20787 - CE THOMAZ ANTONIO NOGUEIRA BARBOSA Requerido : SEGURADORA LIDER DOS CONCORCIOS DO SEGURO DPVAT

Advogado(a) que fez carga do processo: DR THOMAZ ANTONIO

Funcionário(a) responsável pela entrega do processo: PEDRO

Data da Carga: 21/3/2017 08:38:00. Número de folhas do processo: 35 folhas .

Observação :

OAB: 34322 Escritório: _____ Telefone _____


Certifico que recebi o processo acima,

Assinatura: _____

JUNTADA

Aos 12 de 04 de 2017 junta a estes autos

- () Carta Precatória.
- () _____ Correspondência devolvida
- () Mandado de _____
- () _____ (A.R) Aviso(s) de Recebimento(s)
- () _____ Ofício(s).
- (X) Petição digitada em 08 folhas.
- () Procuração e/ou Substabelecimento.
- (X) 04 documentos.
- () _____
- Que segue(m) anexo(s) as fls. _____


 Servidor(a) da 1ª Vara Cível



ACTUS

Advogados Associados



EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ DE DIREITO DA 1ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE JUAZEIRO DO NORTE/CE.

PETIÇÃO DE EMENDA À INICIAL
PROCESSO Nº 60836-90.2016.8.06.0112/0

HIAGO DE SOUSA LIMA, já fartamente qualificado nos autos do processo em epígrafe, vem, à presença de Vossa Excelência, por seu Advogado abaixo assinado, expor para ao final requerer:

Conforme despacho retro, foi requerido emenda à Inicial nos seguintes pontos: a) acostar aos autos os pressupostos para a justiça gratuita; b) informar a profissão da Parte Autor; c) acostar comprovante de residência atualizado; d) juntar laudo médico atualizado e tabela da SUSEP.

Inicialmente, informa que para a concessão da justiça gratuita é necessário a demonstração de insuficiência de recursos para pagar as custas, despesas processuais e os honorários advocatícios (art. 98, *caput*, do CPC).


Contudo, este Juízo não soube precisar qual pressuposto não foi cumprido para que seja possível a efetiva correção do vício.

Desse modo, reitera a hipossuficiência, conforme declaração constante na procuração anexa à inicial, bem como a profissão da Parte Autora ser de rotatividade financeira variada e de difícil comprovação, **bastando sua declaração para que os benefícios ora pleiteados sejam concedidos** (art. 99, §§ 2º e 3º do CPC), salvo comprovação casuística da desnecessidade da concessão (fato este não apresentado no despacho retro).

TERMO DE RECEBIMENTO

An(s) 11 de 04 de 20 17

foram-me entregues estes autos. Do que para constar

 Servidor da 1ª Vara Cível o recebe



ACTUS
Advogados Associados



fls. 56

Em seguida, informa que a profissão da Parte Autora é de profissional autônomo. De outra banda, percebemos que por força do despacho de fls. 49/49v, foi elencado a necessidade de endereço atualizado do Autor.

Seguindo a estrita e fria letra da Lei, não há exigência do endereço atualizado do Autor, senão vejamos:

Art. 319. A petição inicial indicará:

[...]

II - os nomes, os prenomes, o estado civil, a existência de união estável, a profissão, o número de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas ou no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica, o endereço eletrônico, o domicílio e a residência do autor e do réu; [GRIFO NOSSO]

Assim sendo, temos que entender a *mens legis*, ou seja, a razão do dispositivo legal retromencionado.

A ideia por trás do endereço do Autor é fornecer informações fidedignas à respeito do verdadeiro paradeiro das Partes envolvidas no processo, sendo de bom tom que tais informações sejam as mais atuais possíveis.

Contudo, conforme é notório extrair do texto legal e da praxe forense, o endereço atualizado das Partes não é um fim em si mesmo, como toda e qualquer exigência endoprocessual.

Nesse contexto, percebe-se que a exigência feita pela Lei é que qualquer que seja a data do comprovante de residência/endereço documentado das Partes estejamos diante do verdadeiro e atual paradeiro do Requerente e do Requerido, pouco importando se temos um documento de 1 (um) mês ou 1 (um) ano atrás.

Aliás, é lógico pensarmos que de nada adianta um comprovante de endereço atualizado se a Parte não reside mais naquela localidade. Sendo necessário, de fato, a informação e comprovação da real localização das Partes.

É nesse contexto de ideias que surge a necessidade de alinhar as exigências legais e frias da Lei aos parâmetros traçados pelo dia-a-dia e o bom-senso do Julgador, surgindo princípios como a Instrumentalidade das Formas. Cito:



ACTUS
Advogados Associados



fls. 57

Art. 277. Quando a lei prescrever determinada forma, o juiz considerará válido o ato se, realizado de outro modo, lhe alcançar a finalidade.

Nesse ponto, vale o registro: se o Autor residir no endereço informado, mesmo que desatualizado, a exigência legal do art. 319, II do CPC teria sido cumprida?

A resposta é óbvia e a consequência também!

Assim, i. Julgador, é impossível conceber tal motivo (a desatualização da informação) como sendo fundamento para uma sentença de improcedência, haja vista que SERIA possível encontrar o Autor no endereço fornecido, pouco importando se atualizado ou não.

Entretanto, conforme se divisa dos autos, não há real comprovação da não-moradia (independentemente da atualização da residência), **sendo direcionada todas as intimações à pessoa do Advogado como verdadeira regra do Novo diploma processualista (arts. 270 c/c 273 e 274 do CPC).**

Portanto, MM. Juiz, como forma de prestar uma tutela jurisdicional com vistas à Primazia da Solução de Mérito, roga pela intimação do Autor no endereço já indicado.

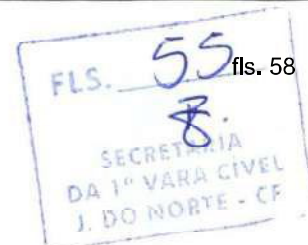
Em seguida, é pedido o laudo médico atualizado, sendo necessário tecer algumas considerações.

É bem verdade que as indenizações referentes a acidentes automobilísticos, e que sejam provenientes de cobrança de Seguro DPVAT, devem ser pagas de forma proporcional, havendo um mínimo de objetividade (Tabela da SUSEP) para poder determinar o quantum cada vítima tem direito.

Assim, no sentido de buscar fixar padrões mínimos, a praxe forense admite a tabela da SUSEP como a definidora de tais parâmetros. *Contudo, quem deve se ater à tabela não são os Advogados, mas sim aqueles experts na definição das lesões e o grau de debilidade proveniente do evento danoso (10%, 25%, 50%, 75% ou 100%).*



ACTUS
Advogados Associados



É evidente que, em regra, o jurista não tem conhecimento técnico para poder determinar, mesmo que aprioristicamente, o grau da lesão sofrida e a exigência feita pelo Juízo de piso para apresentar:

“laudo médico atualizado que comprove a permanência da sequela, esclarecendo, **com precisão**, em qual hipótese se encaixa a debilidade permanente alegada, dentre as que autorizam o pagamento da indenização no valor máximo” (fls. 49/49v, proc. nº 60836-90.2016.8.06.0112) [GRIFAMOS]

Com base no Enunciado Sumular nº 474 do STJ que determina o pagamento proporcional às lesões sofridas, o Juízo a quo entendeu que tal orientação normativa do Superior Tribunal de Justiça quer dizer, na verdade, que: **a determinabilidade do grau da lesão sofrida pelo Autor deve ser dada pelo seu Advogado, em obediência à parâmetros de precisão técnica.**

Contudo, tal entendimento, “data vênua”, se encontra equivocado. O que acontece, na realidade é que, no momento da sentença, a relação entre o dano sofrido e a indenização percebida deve ser proporcional (no caso, à luz da tabela da SUSEP).

Assim sendo, deve-se compreender que o perito médico, nomeado pelo Juiz, após indícios mínimos acerca da existência do acidente automobilístico (indícios que constam do B.O, boletim médico, atestado médico, parecer e etc), é quem tem competência e conhecimento científico para precisar o grau de invalidez, sendo desnecessário a limitação antecipada (feita pelo Advogado do Autor) do valor à ser recebido, posto que somente o perito é quem dirá em que grau a lesão se encaixa.

Desse modo percebe-se a necessidade de designação de perícia médica judicial para que seja oportunizado as Partes o efetivo direito à prova (além daquelas já juntadas somente pelo Autor), bem como traz mais segurança ao Magistrado sobre o quantum é devido (ou não) em razão da lesão do Requerente.

Nesse sentido se posiciona a jurisprudência pátria:

APELAÇÃO. AÇÃO DE COBRANÇA. DPVAT. SEGURO OBRIGATÓRIO. INVALIDEZ PARCIAL. GRAU DE INVALIDEZ NÃO DEMONSTRADO. INCIDÊNCIA DA



ACTUS
Advogados Associados



SÚMULA 474 DO STJ. PERÍCIA MÉDICA. NECESSIDADE JURISPRUDÊNCIA DOMINANTE NESTE TRIBUNAL DE JUSTIÇA. PROVIMENTO DO RECURSO. ART. 557, § 1º-A, DO CPC. 1. Pretensão de recebimento de diferença relativa ao seguro DPVAT, uma vez que o apelante alega ter recebido administrativamente verba a esse título, supostamente a menor, por acidente sofrido em 23/11/2011. 2. O Superior Tribunal de Justiça, no julgamento do REsp 1.246.432/RS, submetido ao rito dos recursos repetitivos, pacificou o entendimento de que a indenização do seguro DPVAT deve ser fixada conforme o grau de invalidez parcial apurado, devendo ser aplicada a Súmula 474 do Superior Tribunal de Justiça. **3. Assim, na hipótese, a prova pericial torna-se fundamental para se aferir a extensão das lesões decorrentes do acidente e o percentual correspondente.** 4. Direito a produção da prova pericial que garante o efetivo exercício do devido processo legal, notadamente, o respeito ao contraditório, nos termos do art. 5º LV da Constituição Federal. 5. Anulação da sentença. 6. Provimento do recurso, com aplicação do art. 557, § 1º-A, do CPC. (TJRJ, A.C. nº 02490159220138190001, 7ª Câmara Cível, Rel. Elton Martinez Carvalho Leme, DJe 21/03/2016) [GRIFO NOSSO]

Em arremate, a própria Corte Alencarina, em julgado recente, reconhece a necessidade de perícia judicial, impreterivelmente, como uma forma de comprovar a extensão do dano:

PROCESSUAL CIVIL. APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO DE COBRANÇA DE COMPLEMENTAÇÃO DE SEGURO DPVAT. ACIDENTE OCORRIDO APÓS A VIGÊNCIA DA LEI 11.945/09. INDENIZAÇÃO EM VALOR PROPORCIONAL AO GRAU DAS LESÕES SOFRIDAS EM DECORRÊNCIA DO SINISTRO. SÚMULA 474 DO STJ. PERÍCIA MÉDICA DESIGNADA EM JUÍZO PARA AFERIÇÃO DA GRADAÇÃO DOS DANOS. EXPEDIÇÃO DE CARTA DE INTIMAÇÃO AO AUTOR NO ENDEREÇO DECLINADO NA EXORDIAL. AVISO DE RECEBIMENTO DEVOLVIDO COM A ANOTAÇÃO DE "DESCONHECIDO". ATUALIZAÇÃO DAS INFORMAÇÕES. DEVER DA PARTE. PRESUNÇÃO DE VALIDADE DA INTIMAÇÃO. ARTIGO 274, § ÚNICO, CPC/2015. NEGLIGÊNCIA DO AUTOR EM COMPROVAR OS FATOS CONSTITUTIVOS DO DIREITO POSTULADO. RECURSO CONHECIDO E DESPROVIDO.



ACTUS
Advogados Associados



SENTENÇA MANTIDA. 1. Na vertência, busca a Apelante a reforma da sentença prolatada pelo juiz de primeiro grau, que julgou improcedente o seu pedido de complementação de seguro DPVAT tendo em vista o seu não comparecimento à perícia médica designada para aferição do grau de invalidez ocasionado pelo acidente automobilístico sofrido no dia 31 de agosto de 2010. 2. Ao caso dos autos aplica-se, então, as disposições da Lei 6.194/74, com as alterações trazidas pela Lei 11.482/07, e a Lei nº 11.945/09, esta decorrente da MP nº 451/2008, que estabelece tabela de cálculo para apuração do valor de indenização securitária decorrente de acidentes causados por veículo automotores terrestres, declarada constitucional pelo Supremo Tribunal Federal (ADI 4627 - DJE 03/12/2014) e objeto da Súmula 474 do STJ. 3. **Em que pese o pagamento realizado pela Seguradora ao Demandante, em procedimento administrativo instaurado para esse fim, a eventual complementação dessa quantia nos termos pleiteados pela Apelante deveria ser comprovada por meio de apuração da vastidão da incapacidade sofrida, a ser realizada por perícia médica implementada em juízo.** 4. A mencionada perícia foi assinalada para realizar-se no dia 30 de outubro de 2015, sendo que a intimação pessoal da Requerente, através de via postal e efetivada no endereço declinado na exordial, restou infrutífera diante da devolução do AR (aviso de recebimento) com a anotação de destinatário "desconhecido". 5. Na dicção do parágrafo único, do art. 274 do CPC/2015, presumem-se válidas as intimações dirigidas ao endereço constante dos autos, ainda que não recebidas pessoalmente pelo interessado, se a modificação temporária ou definitiva não tiver sido devidamente comunicada ao juízo, fluindo os prazos a partir da juntada aos autos do comprovante de entrega da correspondência no primitivo endereço. 6. Desta feita, enviada a Carta ao endereço da Autora apontado na inicial, muito embora não tenha sido recebida pelo fato da destinatária ser desconhecida, é forçoso o reconhecimento da validade da intimação, sendo que a sua ausência injustificada à perícia médica desemboca na improcedência do pedido de complementação de indenização securitária. [...] (TJCE, A.C. 01790676020128060001, 1ª Câmara de Direito Privado, Rel. Emanuel Leite Albuquerque, DJe 14/12/2016) [GRIFO NOSSO]

Dessa forma, Excelência, é notório que o *quantum* é delineado pelo Juízo à luz da perícia médica, sendo irrelevante o valor requerido na Inicial, servindo, simplesmente, de



ACTUS
Advogados Associados



fls. 61

limitador para eventual arbitramento indenizatório pelo Julgador. **Ademais, é o próprio perito quem deve determinar se estamos diante de uma lesão permanente ou não, haja vista que nenhum dos Atores processuais tem conhecimento técnico para tal análise.**

Para finalizar, o STJ tem posicionamento pacífico no sentido da necessidade de perícia médica judicial para quantificar, proporcionalmente, a lesão sofrida pela Vítima (AgRg no Ag. 1.388.045/MT, Rel. Min. SIDNEI BENETI, DJe 5.5.11; REsp. 914.455/SP, Rel. Min. PAULO DE TARSO SANSEVERINO, DJe 21.3.11; REsp. 1.101.572/RS, Rel^a. Min^a. NANCY ANDRIGHI, DJe 16.11.10; Ag. 1.330.382/PR, Rel. Min. JOÃO OTÁVIO NORONHA, DJe 5.11.10; entre outros).

Assim, nesse contexto de ideias, podemos vislumbrar que mais acertado é pedir o teto indenizatório e aguardar que os contornos sobre a lesão sejam feitos por quem é competente para fazê-lo (o Juízo após a devida apreciação pelo expert).

Portanto, entendemos que, apesar da justificativa está fincada sobre Enunciado Sumular nº 474 do STJ, a leitura feita não condiz com a correta percepção de tal Enunciado, posto que não existe nenhuma desproporcionalidade até que estejamos diante de uma sentença meritória.

Assim, por derradeiro, requer a juntada da tabela da SUSEP com a posterior citação da Seguradora e, eventualmente, a designação de perícia médica judicial.

Nestes termos,

Pede e espera deferimento.

Barbalha/CE, 06 de abril de 2016.

Arthur Gomes Pontes
OAB/CE 34322

Antônio Allan Leite Saraiva
OAB/CE 23502



ACTUS
Advogados Associados

Thomaz Antonio Nogueira Barbosa
OAB/CE 20787





Bia


Ivy

Seguradora Líder dos
Consórcios do Seguro DPVAT

ANEXO I

TABELA - LIMITES MAXIMOS PARA ACORDOS EM PEDIDOS POR INVALIDEZ PERMANENTE

Danos Corporais Previstos na Lei	TOTAL 100%	INTENSA 75%	MEDIA 50%	LEVE 25%	RESIDUAL 10%
Perda anatômica e/ou funcional completa de <u>ambos</u> os membros superiores ou inferiores	R\$ 13.500,00	R\$ 10.125,00	R\$ 6.750,00	R\$ 3.375,00	R\$ 1.350,00
Perda anatômica e/ou funcional completa de <u>ambas</u> as mãos ou de ambos os pés					
Perda anatômica e/ou funcional completa de um membro superior e de um membro inferior					
Perda completa da <u>visão</u> em ambos os olhos (segueira bilateral) ou segueira legal bilateral					
Lesões neurológicas que cursem com: (a) dano cognitivo - comportamental alienante; (b) impedimento do senso de orientação espacial e/ou do livre deslocamento corporal; (c) Perda completa do controle esfinteriano; (d) comprometimento de função vital ou autonômica					
Lesões de órgãos e estrutura crânio facial, cervicais, torácicos, abdominais, pélvicos ou retro-peritoneais cursando com prejuízos funcionais não compensáveis de ordem autônoma, respiratória, cardiovascular, digestiva, excretora ou de qualquer outra espécie, desde que haja comprometimento de função vital.	R\$ 9.450,00	R\$ 7.087,50	R\$ 4.725,00	R\$ 2.362,50	R\$ 945,00
Perda anatômica e/ou funcional completa de um dos membros superiores e/ou de uma das mãos					
Perda anatômica e/ou funcional completa de um dos membros inferiores	R\$ 6.750,00	R\$ 5.062,50	R\$ 3.375,00	R\$ 1.687,50	R\$ 675,00
Perda anatômica e/ou funcional completa de um dos pés					
Perda auditiva total bilateral (surdez completa) ou da fonação (mudez completa) ou da <u>visão</u> de um olho	R\$ 3.375,00	R\$ 2.531,25	R\$ 1.687,50	R\$ 843,75	R\$ 337,50
Perda completa da mobilidade de um dos ombros, cotovelo, <u>punhos</u> ou <u>dedo polegar</u>					
Perda completa da mobilidade de um <u>quadril</u> , <u>joelho</u> ou <u>tornozelo</u>					
Perda completa da mobilidade de um segmento da coluna vertebral exceto o sacral	R\$ 1.350,00	R\$ 1.012,50	R\$ 675,00	R\$ 337,50	R\$ 135,00
Perda anatômica e/ou funcional completa de qualquer um <u>dedo</u> ou outros dedos da <u>mão</u>					
Perda anatômica e/ou funcional completa de qualquer um dos <u>dedos do pé</u>					
Perda integral (retirada cirurgia) do <u>baço</u>					

CONCLUSÃO
Aos 12 de 04 de 17
faço estes autos conclusos ao Exm.
Sr. Dr. Juiz de Direito da 1ª Vara
Cível desta comarca.
 Secretária

de Secretaria



ESTADO DO CEARÁ
PODER JUDICIÁRIO
1ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE JUAZEIRO DO NORTE

Processo nº 60836-90.2016.8.06.0112

Ação COBRANÇA DPVAT

Requerente: HIAGO DE SOUSA LIMA

Requerido: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A

SENTENÇA

Vistos etc.

Tratam os presentes autos de ação de cobrança de seguro DPVAT na qual o autor postula o pagamento do valor integral do seguro de R\$ 13.500,00.

Despacho de fls. 49 determinou a emenda à inicial para, dentre outros *"juntar aos autos tabela securitária da SUSEP e laudo médico atualizado que comprove a permanência da sequela, esclarecendo, com precisão, em qual hipótese se encaixa a debilidade permanente alegada, dentre as que autorizam o pagamento da indenização no valor máximo, sob pena de indeferimento de improcedência liminar do pedido, com esteio no art. 332, I do CPC e a Súmula nº 474 do Superior Tribunal de Justiça"*.

Petição de fls. 52/59 não atendeu ao despacho de emenda, se limitando a se insurgir contra a determinação judicial, sem esclarecer com precisão a hipótese em que se encaixa a debilidade que justifique o pagamento da indenização no valor máximo.

É o sucinto relatório. DECIDO.

Quanto o pedido de gratuidade da justiça, entendo que não assiste tal direito à parte autora.

Não se desconhece que a sobredita presunção é relativa, de maneira que, aportando nos autos elementos que evidenciem a capacidade da parte em custear a demanda, admite-se o indeferimento do benefício, sendo lícito ao julgador, de outra banda, condicionar a própria concessão da benesse à demonstração concreta da hipossuficiência financeira.

Por sua vez, o art. 5º, inc. LXXIV, da Constituição Federal, estabelece que "*o Estado prestará assistência jurídica integral e gratuita aos que comprovarem insuficiência de recursos*".

Com efeito, o abuso nos pleitos de concessão dos benefícios de assistência judiciária ou de justiça gratuita é cediço, e medidas atinentes a coibir essa prática são necessárias, uma vez que visam preservar não apenas o interesse público, como, também, o acesso à justiça daqueles que realmente não dispõem de condições financeiras para tanto.

Sob esta ótica, observo que o autor não atendeu à determinação judicial de comprovar os requisitos para usufruir da gratuidade, nem sequer acostou comprovante de endereço atualizado, como determinado.

Cumprе ressaltar, outrossim, que a parte autora não colacionou aos autos quaisquer outros documentos que demonstrassem, de fato, a proporção de seus gastos mensais que indicasse a impossibilidade de arcar com as custas processuais.

A respeito, é conveniente registrar que, para a concessão do benefício, não necessita a parte encontrar-se em estado de miserabilidade, mas tão somente que não possua renda suficiente para arcar com as custas judiciais sem comprometer seu sustento, o que não se denota na espécie.

Assim, consoante pacífica jurisprudência do TJCE, deve ser indeferido o benefício postulado:

AGRAVO DE INSTRUMENTO. PROCESSUAL CIVIL. JUSTIÇA GRATUITA. DECLARAÇÃO DO ESTADO DE HIPOSSUFICIÊNCIA. PRESUNÇÃO RELATIVA DE POBREZA. AUSÊNCIA DE DOCUMENTAÇÃO QUE COMPROVE A DIFICULDADE FINANCEIRA. INDEFERIMENTO DO PEDIDO. POSSIBILIDADE. DECISÃO MANTIDA. 1. De acordo com o exposto no art. 4º, § 1º, da Lei 1.060/50, haverá presunção relativa do estado de hipossuficiência, mediante a declaração da parte a respeito de sua impossibilidade de arcar com as custas do processo e os honorários do advogado, sem prejuízo próprio ou de sua família. 2. O magistrado poderá requerer a produção de provas acerca da situação financeira do requerente da gratuidade judicial, a fim de formar seu convencimento acerca da alegada hipossuficiência do interessado. 3. O pedido de assistência judiciária poderá ser indeferido pelo magistrado, quando os elementos trazidos aos autos atestem que o autor não encontra-se em situação de pobreza, ou quando este deixa de juntar a documentação requerida. Precedentes do Superior Tribunal de Justiça. 4. Agravo de instrumento desprovido. (Agravo de Instrumento nº 0628588-04.2015.8.06.0000, 8ª Câmara Cível do TJCE, Rel. José Tarcílio Souza da Silva. unânime, DJe 18.12.2015).

AGRAVO DE INSTRUMENTO. ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA GRATUITA. INDEFERIMENTO. APELAÇÃO JULGADA DESERTA. PRESUNÇÃO RELATIVA. PRINCÍPIOS DA COOPERAÇÃO, LEALDADE E BOA-FÉ. REQUISIÇÃO DE DOCUMENTOS. DEMONSTRATIVOS DE IMPOSTO DE RENDA. CONJUNTO PROBATÓRIO INSUFICIENTE. ANÁLISE DAS CONDIÇÕES ECONÔMICAS. ACRÉSCIMO DE REMUNERAÇÃO. BENEFÍCIO À JUSTIÇA GRATUITA INDEVIDO. RECURSO CONHECIDO E

IMPROVIDO. DECISÃO MANTIDA. 1. O presente agravo de instrumento versa sobre insurgência à decisão interlocutória, prolatada pela Magistrada da 12ª Vara de Família da Comarca de Fortaleza, a qual julgou deserto o apelo ajuizado pelo agravante, fundamentando tal ato em decorrência do indeferimento do benefício da gratuidade pleiteado. 2. Cabe ponderar que se trata de dever processual das partes prover as custas processuais, salvo quando atribuído o benefício da justiça gratuita. Nos termos do art. 4º da Lei nº 1.060/50, a parte poderá "gozar dos benefícios da assistência judiciária, mediante simples afirmação, na própria petição inicial, de que não está em condições de pagar as custas do processo". 3. No entanto, ressalva-se tal declaração, a qual possui caráter relativo, quando em face das provas existentes nos autos, ou mesmo daquelas que através da iniciativa do próprio Julgador, forem coletadas no seguimento do trâmite processual, de modo a possibilitar o indeferimento do benefício. 4. No caso em testilha, fundada nos postulados da cooperação e da lealdade e boa-fé processuais, os quais devem conduzir o agir de todos os envolvidos na lide, solicitei a juntada de demonstrativos de Imposto de Renda do postulante ao benefício da gratuidade judiciária. 5. O agravante somente juntou declarações do Imposto de Renda referentes aos exercícios fiscais de 2013 e 2014, restando omissas as declarações solicitadas de 2010 a 2012. 6. Em exame ao reduzido conjunto probatório adunado aos autos, pode-se observar que o recorrente se qualifica como empresário, detentor de capital social de sociedade limitada, qualificada como "supermercado", tendo seus rendimentos majorados em 9% (nove por cento) durante o interregno dos anos de 2012 a 2013. Ressalte-se, ademais, que o agravante percebe o quantum mensal de R\$ 1.200,00 (um mil e duzentos reais) a título de "rendimentos tributáveis recebidos de pessoa física". 7. "A assistência judiciária, em consonância com o disposto na Lei nº 1.060/50, depende da simples afirmação da parte interessada na própria petição inicial de que não está em condições de pagar as custas do processo e os honorários de advogado, sem prejuízo próprio ou de sua família. Contudo, nada impede que, havendo fundadas dúvidas ou impugnação da parte adversa, proceda o magistrado à aferição da real necessidade do requerente, análise intrinsecamente relacionada às peculiaridades de cada caso concreto. Precedentes" (AgRg no AREsp 527.101/MS, Rel. Ministro SIDNEI BENETI, TERCEIRA TURMA, julgado em 05.08.2014, DJe 05.09.2014). 8. Recurso conhecido e improvido. Decisão mantida. (Agravado de Instrumento nº 0629298-58.2014.8.06.0000, 2ª Câmara Cível do TJCE, Rel. Maria Nailde Pinheiro Nogueira. DJe 27.03.2015).

AGRAVO DE INSTRUMENTO. PROCESSUAL CIVIL. JUSTIÇA GRATUITA. DECLARAÇÃO DO ESTADO DE HIPOSSUFICIÊNCIA. PRESUNÇÃO RELATIVA DE POBREZA. AUSÊNCIA DE DOCUMENTAÇÃO QUE COMPROVE A DIFICULDADE FINANCEIRA. INDEFERIMENTO DO PEDIDO. POSSIBILIDADE. DECISÃO MANTIDA. 1. De acordo com o expresso no art. 4º, § 1º, da Lei 1.060/50, haverá presunção relativa do estado de hipossuficiência, mediante a declaração da parte a respeito de sua impossibilidade de arcar com as custas do processo e os honorários do advogado, sem prejuízo próprio ou de sua família. 2. O magistrado poderá requerer a produção de provas acerca da situação financeira do requerente da gratuidade judicial, a fim de

formar seu convencimento acerca da alegada hipossuficiência do interessado. 3. O pedido de assistência judiciária poderá ser indeferido pelo magistrado, quando os elementos trazidos aos autos atestem que o autor não encontra-se em situação de pobreza, ou quando este deixa de juntar a documentação requerida. Precedentes do Superior Tribunal de Justiça. 4. Agravo de instrumento desprovido. (Agravo de Instrumento nº 0622913-60.2015.8.06.0000, 8ª Câmara Cível do TJCE, Rel. José Tarcílio Souza da Silva. unânime, DJe 16.06.2015).

PROCESSUAL CIVIL. APELAÇÃO CÍVEL. DENEGADO O PEDIDO DE GRATUIDADE JUDICIÁRIA. AUSÊNCIA DE IMPUGNAÇÃO. INDEFERIMENTO DA PETIÇÃO INICIAL PELA FALTA DE RECOLHIMENTO DAS CUSTAS PROCESSUAIS. CANCELAMENTO DA DISTRIBUIÇÃO (ART. 257, CPC). PRECLUSÃO CONSUMATIVA. RECURSO DESPROVIDO. 1. O Juiz singular denegou o pleito de gratuidade judiciária formulado pelo promovente, determinando, na oportunidade, o recolhimento das custas processuais; no entanto, o autor deixou de fazê-lo, limitando-se a apresentar pedido de reconsideração, no qual reiterou a solicitação, acostando documentos. O Magistrado, então, indeferiu a inicial e determinou o cancelamento da distribuição, nos termos do art. 257 do CPC. 2. Observa-se, destarte, que a faculdade do autor de impugnar o indeferimento da justiça gratuita se exauriu quando esse deixou de recorrer da decisão que recusou a concessão do benefício ao suplicante, operando-se em desfavor deste a preclusão consumativa, nos termos do art. 473 do CPC, segundo o qual "é defeso à parte discutir, no curso do processo, as questões já decididas, a cujo respeito se operou a preclusão". Precedentes dos TRFs da 1ª e 4ª Regiões e do TJMG. 3. Apelo conhecido e desprovido. (Apelação nº 0042804-21.2012.8.06.0001, 1ª Câmara Cível do TJCE, Rel. Fernando Luiz Ximenes Rocha. unânime, DJe 20.06.2014).

Diante de todo o exposto, **INDEFIRO** o pleito de concessão da gratuidade judiciária formulado pela parte autora.

Quanto à injustificável insurgência do autor em apresentar comprovante de residência atualizado, é certo que tal exigência se encontra dentro dos poderes do Magistrado, nos termos do art. 139, II, III e IX do CPC:

Art. 139. O juiz dirigirá o processo conforme as disposições deste Código, incumbindo-lhe:

(...);

II - velar pela duração razoável do processo;

III - prevenir ou reprimir qualquer ato contrário à dignidade da justiça e indeferir postulações meramente protelatórias;

(...)

IX - determinar o suprimento de pressupostos processuais e o saneamento de outros vícios processuais;

Nesse sentido, o comprovante de endereço atualizado se justifica em virtude do longo período de tempo entre a emissão do contido nos autos e o ajuizamento da ação, o que, por vezes, causa prejuízo ao processo em virtude da mudança de endereço do autor, causando prejuízo a realização de atos processuais e à própria lide.

Além disso, não se pode perder de vista os diversos relatos de fraudes envolvendo o seguro DPVAT, tanto que o CNJ encaminhou recomendação às Corregedorias para que sejam adotadas medidas tendentes a combater tais fraudes, conforme notícia replica em vários sítios da Internet:

*CNJ determina cerco à fraude no DPVAT em âmbito nacional
11/04/2017*

*O Conselho Nacional de Justiça (CNJ) comprou a briga contra as fraudes que se multiplicam no DPVAT, muitas se utilizando de ações que abarrotam o judiciário brasileiro. É que, acatando pedido ao Ministério Público de Minas Gerais (MPMG), o juiz-auxiliar da Corregedoria Nacional de Justiça, Carlos Vieira Von Adamek, expediu intimação eletrônica a **todas as Corregedorias dos Tribunais de Justiça do País para a adoção de providências locais no combate às falcaturas praticadas contra o seguro, dando conhecimento e informações aos magistrados de primeiro grau. O Ministério Público tem como certo que essa situação gera "graves e intensos reflexos junto ao Poder Judiciário, em vários estados da Federação"**.*

Ao levar o assunto para a Corregedoria Nacional de Justiça, onde recebeu apoio, devido "a gravidade e a amplitude dos fatos", o MPMG visa "impedir a continuidade das ações fraudulentas em curso nas varas judiciais de todo o País". Sobre os fatos, o MP faz uma síntese sobre as investigações iniciadas pela Coordenaria Regional de Defesa do Patrimônio Público, em Montes Claros (MG), a partir da operação Tempo de Despertar, deflagrada em abril de 2015.

O ofício do MPMG à Corregedoria Nacional obtido pelo @GenteDPVAT relata que as ações da operação policial foram desencadeadas "a partir de representações formuladas ao MP por membros do Poder Judiciário estadual, noticiando atuação de organizações criminosas que se especializaram na prática de fraudes milionárias contra o seguro DPVAT, destacando-se veementes indícios quanto à participação criminosa de advogados, empresários, diretores e procuradores da Seguradora Líder, policiais civis e militares, médicos, dentre outros profissionais".

O documento, assinado pelo promotor Paulo Márcio da Silva, de Montes Claros, assinala que a atuação de "sofisticada organização criminosa" distorce o sistema judiciário que a cada ano analisa milhares de ações, sendo a metade contaminada pelas fraudes. Estima-se - diz o documento - que seja superior a 500 mil o número de ações tramitando em varas judiciais do País em desfavor da Seguradora Líder.

No ofício, o MPMG conta ainda que as ações fraudulentas, "concertados com representantes da Seguradora Líder", postulam aos juízos a homologação de "espúrios acordos". "Levados a erro, inscientes das fraudes, os magistrados - prossegue - homologam ditos acordos dando vida às fraudes que se repetem cotidianamente".

Pelos cálculos do MPMG e da Polícia Federal, o prejuízo causado pelas fraudes atinge R\$ 300 milhões, o correspondente a 20% dos gastos anuais da Líder com o pagamento de indenizações. "Tudo isso sem falar nos bilhões de reais gastos anualmente para a contratação de empresas prestadoras de serviços cujos alguns

sócios beneficiados têm relação de parentesco com a alta diretoria da Seguradora Líder e também com membros do seu Conselho de Administração”.

Para o MPMG, **os fraudadores operam eficiente máquina de desvio de recursos do seguro DPVAT, ramificada nos estados do Amazonas, Ceará, Distrito Federal, Bahia, São Paulo, Rio de Janeiro, Goiás, Tocantins, Mato Grosso, Pernambuco, Espírito Santo, dentre outros, o que provocou, inclusive, a instauração da CPI do DPVAT no âmbito do Congresso Nacional.**

(disponível

em

<https://www.genteseguradora.com.br/newsletter/cnj-determina-cerco-a-fraude-no-dpvat-em-ambito-nacional/>

Logo, não há justificativa para a omissão da parte autora em apresentar comprovante de endereço atualizado, notadamente no presente caso, em que o documento carreado é muito pretérito ao ajuizamento da ação, mostrando-se contemporâneo ao pedido administrativo junto à Seguradora Líder.

Por fim, cabe atentar que o autor postula o pagamento integral de seguro DPVAT no montante de R\$ 13.500,00, todavia, somente autorizam o pagamento integral do seguro DPVAT as seguintes hipóteses:

- Perda total da visão de ambos os olhos
- Perda total do uso de ambos os braços
- Perda total do uso de ambas as pernas
- Perda total do uso de ambas as mãos
- Perda total do uso do braço e uma perna
- Perda total do uso de uma das mãos e um dos pés
- Perda total do uso de ambos os pés

- Lesões neurológicas que cursem com: (a) dano cognitivo-comportamental alienante; (b) impedimento do senso de orientação espacial e/ou do livre deslocamento corporal; (c) perda completa do controle esfinteriano; (d) comprometimento de função vital ou autonômica

- Lesões de órgãos e estruturas crânio-faciais, cervicais, torácicos, abdominais, pélvicos ou retro-peritoneais cursando com prejuízos funcionais não compensáveis, de ordem autonômica, respiratória, cardiovascular, digestiva, excretora ou de qualquer outra espécie, desde que haja comprometimento de função vital

Observo que a petição apresentada não atende aos termos do despacho de emenda, posto que não indica qual seria a invalidez permanente sofrida e seu grau, bem seu enquadramento para fins de patamar de pagamento do seguro DPVAT, questões indispensáveis para a análise do pedido e a própria garantia do direito de defesa do réu, posto que tais aspectos se referem à causa de pedir.

Assim, tal irregularidade leva ao reconhecimento da inépcia da inicial, implicando seu indeferimento, como pacificado na jurisprudência:

CIVIL. PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. AÇÃO DE INDENIZAÇÃO. DANO AMBIENTAL. VIOLAÇÃO DO ART. 535, II, DO CPC. OMISSÃO. EMBARGOS COM EFEITOS INFRINGENTES E DE PREQUESTIONAMENTO. INVIABILIDADE.

